



Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Jurandir Messias, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Antônio Facci, Ernesto Dal'Oglio, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira e Deni Schwartz (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo único — O artigo 107 da Constituição do Estado fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação: "§ 3.º — Excetua-se da vedação do parágrafo anterior o cargo de Secretário Municipal, desde que o Vereador se licencie do exercício do mandato."

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO e GABRIEL SAMPAIO

APOIAMENTOS: Adalberto Daros, Waldenício Barbalho, Muggiati Filho, Trajano Bastos, Lineu Turra, Paulo Camargo, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Basílio Zanusso, Jorge Sato, Ezequias Losso, Renato Bernardi, Augusto Carneiro, Accioly Neto, Maurício Fruet, Ivo Thomazoni, Luiz Roberto Soares, Lúcio Machado, Jayme Rodrigues Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Após a tramitação da Proposição n.º 537/77, da qual resultaram as modificações introduzidas pela Emenda n.º 6 à Constituição do Paraná, o Congresso Nacional promulgou a Emenda n.º 10 à Constituição Federal, permitindo a licença do Vereador para exercer o cargo de Secretário Municipal.

Deixando de constar em nossa Emenda n.º 6, a exemplo do que ocorreu no âmbito federal, faz-se necessária a atualização do nosso texto constitucional, embora os efeitos da Carta Magna Federal sejam aplicáveis às Câmaras Municipais de todos os Estados da Federação.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que, com a devida aprovação do Plenário, se consigne um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. BELARMINO RIBEIRO, ocorrido em data de 10 do corrente em Ponta Grossa.

O extinto era membro de tradicional família pontagrossense e o seu passamento causou grande consternação em nossa comunidade.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem nesta data, do 209.º aniversário de emancipação política do Município da Lapa.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Ex.ªs Srs. Prefeito e Presidente da Câmara Municipal da Lapa.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem nesta data, do 17.º aniversário de criação do Município de Quitandinha.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Ex.ªs Srs. Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 85/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Professor Doutor MILTON MIRÓ VERNALHA.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O ilustre Professor Doutor Milton Miró Vernalha, filho de tradicional família paranaense, vem desempenhando com denodo as elevadas funções de emérito Professor Catedrático de Entomologia e Parasitologia Agrícola da Escola Superior de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná, elevando o alto conceito de nosso Estado, no setor do Ensino da Pesquisa e da Cultura Científica.

Sua conduta, quer na vida profissional, quer na vida privada, são exemplos dos mais destacáveis que ficam a merecer, daqueles que o conhecem e privam da sua amizade, os maiores encômios.

O notável currículo que anexamos ao presente projeto de lei, vem completar o que afirmamos, enumerando

através das altas funções e trabalhos realizados, a justiça e meritória benemerência que ora propomos seja outorgada pelos Poderes constituídos do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 87/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º, da Lei n.º 6964, de 20 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Ficam criados, no Município de Altônia, Distritos Administrativos de São Jorge, São João e Jardim Paredão, com sedes nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

DISTRITO DE SÃO JORGE — Começa no Rio Paraná, na foz do Rio São João e sobe por este até a sua cabeceira, daí, pela divisa entre os lotes 132 e 133 até encontrar a estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia, por esta estrada, em direção geral do Nordeste, dividindo com o Município de Pérola, até o lote n.º 1; deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do Ribeirão Jequetibá, pelo qual desce até a sua foz no Rio Pacará; por este abaixo até a sua barra no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Rio São João, ponto de partida.

DISTRITO DE SÃO JOÃO — Começa na junção da estrada São Henrique com a estrada Mestre e segue por esta, em direção geral Oeste, até a divisa entre os lotes 132 e 133, segue por esta divisa até encontrar a cabeceira do Córrego São João e desce por este até a sua foz no Rio Paraná; e desce por este até a foz do Córrego Nossa Senhora do Carmo e por este até a sua nascente; daí, em linha reta, até encontrar o nascente do Córrego Fortuna; desce por este até a sua foz no Rio Iporã, desce pelo Rio Iporã até encontrar a estrada da divisa com o Município de Iporã; daí, por esta estrada da divisa com o Município de Iporã; daí por esta estrada, no sentido geral do Leste, acompanhando a divisa entre os Municípios de Iporã e Altônia, até encontrar o Rio Xambê; por este acima, até a foz do Ribeirão Porongos até a foz do Ribeirão Saracuras e por este acima até a foz do Córrego Piriquito, pelo qual sobe até a sua cabeceira na estrada Mestre, que liga as cidades de Pérola e Altônia; por esta estrada, no sentido geral Nordeste, até a junção desta mesma estrada com a estrada São Henrique, ponto de partida.

DISTRITO DE JARDIM PAREDÃO — Começa no Rio Paraná, na barra do Rio Piquiri, sobe por este até alcançar a foz do Ribeirão Iporã, pelo qual sobe até alcançar a foz do Córrego Mimosa, e por este acima, até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego da Vaca, e por este abaixo até a sua foz no Córrego do Prado, pelo qual desce até a sua foz no Rio Paraná, por este abaixo até alcançar a barra do Rio Piriquito, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Efetivamente, houve engano na descrição das divisas do Distrito de São Jorge, o que vem causando incerteza aos proprietários residentes no Município de Altônia. O projeto de lei visa justamente corrigir o erro para tranquilizar aqueles proprietários. Esta a razão da sua apresentação à consideração dos nobres Pares, dos quais espera-se apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, inscrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em contato com diversas Prefeituras do Paraná, recebi a informação de que as Prefeituras do nosso Estado não vêm rece-

bendo a sua cota referente ao Fundo Rodoviário, correspondente ao quarto trimestre de 1977.

É sabido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, das inúmeras dificuldades que vêm atravessando os municípios brasileiros em função da política centralista que foi implantada neste País a partir de 1964.

É do conhecimento de V. Ex.^{as}, também, que os municípios do Paraná sofreram e vêm sofrendo, ultimamente, queda na arrecadação do ICM, portanto, trazendo consequências seríssimas para os orçamentos municipais. Como se isso não bastasse, o Governo da União se encontra em atraso com os municípios do Paraná e, segundo informações recebidas, esse atraso do Fundo Rodoviário, somente do Estado do Paraná, vem se verificando. Portanto, as Prefeituras ainda não receberam a sua parte referente ao quarto trimestre de 1977, estando, portanto, com mais de seis meses de atraso do recebimento desse fundo. É desnecessário dizer a V. Ex.^{as}, os vários problemas que esse atraso traz para as administrações municipais já em dificuldades financeiras acentuadas. O programa rodoviário das Prefeituras tem sofrido com esse atraso de recebimento, paralisação de obras importantíssimas no setor rodoviário de cada município.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que a Assembléia Legislativa do nosso Estado tome posição com referência a esse problema, solicitando do Departamento de Estradas de Rodagem, que libere e efetue o pagamento dessa dívida para com os municípios do Paraná.

Nessas condições, Sr. Presidente, passo a ler um requerimento que submeterei à apreciação desta Casa. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitação encarecendo medidas e providências urgentes de seu Departamento, para pagamento e liberação dos recursos oriundos do Fundo Rodoviário aos municípios do Paraná, referente ao quarto trimestre de 1977.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos que são imensas as dificuldades financeiras que atingem os municípios.

Todos nós sabemos, que principalmente depois que foi diminuída a participação dos municípios na arrecadação do ICM, essas dificuldades se avolumaram e vem gerando uma agitação de quase inviabilidade financeira para as administrações municipais.

Todos nós sabemos que é a partir do desenvolvimento dos municípios, que se processa e que se realiza o desenvolvimento nacional, especialmente no que diz respeito ao setor horizontalmente ligado à aplicação dos recursos oriundos do Fundo Rodoviário, porque tem influência direta no escoamento da produção e na circulação de riquezas.

Entretanto, parece que não sabe disso o órgão ou os órgãos do governo, responsáveis pelo pagamento do Fundo Rodoviário aos Municípios. E nos parece assim, porque enquanto chegamos praticamente ao final do 1.º semestre de 1978, sem que até o presente momento tenha sido pago aos municípios o que se deve ao Fundo Rodoviário referente ao último trimestre de 1977.

Enquanto isso, os já sacrificados municípios, permanecem com obras prioritárias e com muitas metas administrativas paradas e estagnadas, na expectativa de que lhe paguem o que lhe devem.

Assim, encareço a esta Casa, Sr. Presidente, para que aprove este requerimento e envie expediente ao Ex.^{mo} Sr. Diretor do DNER, solicitando de S. S.^a que tome as providências para que o Governo libere com a maior urgência o pagamento do Fun-

do Rodoviário aos Municípios do Paraná."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná inteiro sabe o drama por que passam muitos servidores do Estado, notadamente os professores suplementaristas. É inacreditável que muitas pessoas que prestam serviços ao Estado, dedicando as horas úteis do seu dia, semana a semana, e mês a mês, ainda não recebam no final do mês o seu salário.

Esse comportamento do Governo do Estado do Paraná é anti-legal e anticristão. Anti-legal, porque não paga em dia o salário de muitos dos seus servidores, e anticristão porque não obedece ao princípio a um ensinamento bíblico, que diz que todo o operário é digno do seu salário. Os professores suplementaristas do Estado do Paraná estão sem receber há mais de quatro meses ou há quatro meses. Muitos ou todos eles estão fazendo financiamento, tomando empréstimo junto ao Banco do Estado do Paraná e pagando altíssimos juros por esse empréstimo, isto é, estão tomando emprestado o seu próprio dinheiro e pagando juros sobre o seu próprio dinheiro.

Essa situação não pode continuar! Essa situação é inadmissível! E hoje, deliberamos formalizar o nosso propósito já antigo, de transplantar para a administração pública um princípio que já rege a iniciativa privada, Decreto-Lei do ex-Presidente Costa e Silva, de n.º 368, de 19 de dezembro de 1968, proíbe que dirigentes de empresa recebam honorários, gratificações "pro-labore" ou qualquer outro tipo de retribuição ou retirada aos seus diretores, sócios, gerentes ou titulares de firma individual, enquanto a empresa estiver em débito salarial com seus empregados.

Achamos que esse critério, achamos que esse mesmo princípio deva prevalecer para a administração pública. E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que com o número legal de assinaturas estamos apresentando no dia de hoje, projeto de lei nos seguintes termos: (Lê):

"PROJETO DE LEI N.º 86/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os presidentes e diretores de empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias não poderão receber vencimentos, gratificações ou qualquer outro tipo de remuneração enquanto os órgãos que dirigem estiverem em débito relativo a vencimentos, salários ou qualquer outro tipo de remuneração com os seus funcionários ou contratados.

Parágrafo único — Considera-se em débito de vencimentos ou salários o órgão da administração pública direta ou indireta que não paga nas condições da lei ou do contrato o vencimento ou salário devido a seus funcionários ou contratados.

Art. 2.º — A infração do disposto nesta lei implica em crime de responsabilidade, mediante denúncia de parte interessada ou partido político.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) OSVALDO MACEDO

Apoiamento: Domício Scaramella, Fidelcino Tolentino, Quielse Crisóstomo, Nilso Sguarezi e Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

"Digno é o operário do seu salário" é um ensinamento bíblico que não tem sido respeitado pelo Governo do Estado do Paraná, ao mesmo tempo em que não cumpre disposições legais sobre a matéria. O atraso no pagamento de servidores públicos, notadamente de professores suplementaristas, já é uma constante. E o que é mais grave é que esses servidores são obrigados a se

humilhar perante agências do Banco do Estado do Paraná para obter empréstimos, mediante pagamento de altos juros. Isto é, tomam emprestado o seu próprio dinheiro e ainda pagam juros. O Decreto-Lei n.º 368, de 19 de dezembro de 1968, assinado pelo ex-Presidente Costa e Silva, determina esse tratamento para a empresa privada, proibindo que seus diretores recebam honorários, gratificações, "pró-labore" ou qualquer outro tipo de retribuição enquanto estiver em débito salarial com seus empregados. É essa norma que pretendemos, com o projeto de lei, transplantar para a administração pública."

Com um número legal de assinaturas, apresentamos este projeto de lei, à consideração desta Assembléia, e para ele, depois de autuado e processado, pediremos regime de urgência.

E acreditamos que o Sr. Governador do Estado, não o vetará, se aprovado nesta Casa. E se apresentamos este projeto de lei, é porque já foram vãos, já foram baldados todos apelos, todas as súplicas, feitas ao Ex.º Sr. Governador do Estado, para que ponha em dia os vencimentos de todos os seus servidores, notadamente, dos professores suplementaristas.

Achamos que, não recebendo os seus vencimentos no dia, enquanto não tiverem recebido todos os servidores do Estado, o Sr. Governador, o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, o Sr. Secretário da Educação e os demais Secretários, se empenharão, se desdobrarão para que os funcionários públicos do Paraná, não tenham que padecer as agruras, as privações e as necessidades, em virtude do atraso do pagamento dos seus vencimentos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

— (Pausa). — Ausente S. Ex.ª, no Horário reservado às lideranças, concedo a palavra para falar no espaço reservado ao MDB, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nobres Pares.

A Lei n.º 5.991, do dia 17 de dezembro de 1973, dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas; medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências.

No seu artigo 57, ela estabelece que: "Os práticos e oficiais de farmácia, habilitados na forma da lei, que estiverem em plena atividade, de provar e manter a propriedade ou co-propriedade de farmácia em 11 de novembro de 1960, serão provisionados pelo Conselho Federal e Conselhos Regionais de Farmácia, para assumir a responsabilidade técnica do estabelecimento".

Por sua vez, o Decreto 74.170, que regulamenta a Lei 5.991, referida, dispõe no seu artigo 59: "Para o provisionamento de que trata o artigo 57, da Lei 5.991, de 17 de dezembro de 1973, deverá o interessado satisfazer os seguintes requisitos, mediante petição, dirigida ao Conselho Regional de Farmácia.

1 — Provar que é prático de farmácia, ou oficial de farmácia, por meio de título legalmente expedido, até 19 de dezembro de 1973;

2 — Estar em plena atividade profissional, comprovada mediante contrato social, ou outro documento hábil. E, finalmente, o terceiro item: provar a condição de proprietário ou co-proprietário de farmácia ou drogaria, em 11 de novembro de 1960".

De tal forma, Srs. Deputados, que a legislação estabelece com clareza as exigências para que seja efetuado o provisionamento de farmacêutico.

Ocorre que o Sr. Marcílio Antônio da Silva, residente na cidade de Umuarama e proprietário de uma farmácia naquela exuberante cidade, recebeu uma relação do Conselho Regional de Farmácia, da qual consta nada menos do que 13 exigências para que aquele cidadão pudesse se habilitar, de acordo com o amparo legal.

Apesar do absurdo cometido pelo Conselho Regional de

Farmácia, o Sr. Marcílio Antônio da Silva satisfaz as exigências, menos uma delas: — que é a certidão negativa da DOPS.

No dia 19 de fevereiro de 1975, o Sr. Marcílio Antônio da Silva, pagou a taxa devida e requereu, junto à DOPS, a referida certidão.

Ela foi simplesmente indeferida.

Procurando saber as causas que motivou a Delegacia de Ordem Política e Social, a lhe entregar a certidão, recebeu a informação de que havia problemas naquela delegacia, com referência à sua pessoa. E para que a DOPS pudesse, estabelecer o chamado "Silêncio Perpétuo", e conceder a certidão negativa, deveria o Sr. Marcílio Antônio da Silva, propor requerimento a Sua Excelência o Sr. Secretário de Segurança Pública, anexando as seguintes certidões:— Das Varas Criminais, da Primeira à Oitava; das Varas da Justiça Federal; Certidão Negativa da Auditoria Militar; Certidões Negativas do Distribuidor Criminal, primeiro e segundo; Ofícios e protocolar na Seção de Comunicações, da Secretaria de Segurança Pública.

Pois bem, o Sr. Marcílio Antônio da Silva cumpriu as determinações da Delegacia da Ordem Política e Social. E no dia 08 de abril de 1975, efetuou o protocolo desses documentos na Secretaria de Segurança Pública, protocolo n.º 5.097.

E por mais convenientes que sejam os clamores do Sr. Marcílio Antônio da Silva junto à Secretaria de Segurança Pública, para obter, pelo menos, o despacho ao processo protocolado sob o n.º 5.097, nem mesmo isso ele tem conseguido.

São mais de três anos, mais de trinta e oito meses, — me parece — que está esse processo em mãos da Secretaria de Segurança Pública, atendendo todas as formalidades legais, o Sr. Secretário Alcindo Pereira Gonçalves, para cuja autoridade foi dirigido o requerimento cuja cópia temos em mãos, simplesmente engavetou a documentação.

É justo, Srs. Deputados, que o cidadão seja prejudicado moralmente, profissionalmente e financeiramente, esteja a suportar o Conselho Regional de Farmácia e outros órgãos afins, a distribuírem boletins pedindo o fechamento de sua farmácia, pedindo que ele seja punido pelo exercício ilegal da atividade.

Exatamente, pela irresponsabilidade, ou quem sabe, pela omissão do Sr. Secretário de Segurança Pública, é que tudo isso está acontecendo.

Por isso, eminentes Senhores Deputados, anexamos, ao requerimento que propomos hoje, uma farta documentação que comprova, efetivamente, que não há absolutamente impedimento legal para que a Secretaria de Segurança Pública procedesse o deferimento solicitado no protocolo n.º 5.097; que deveria, pelas circunstâncias em que é revestido, receber despachos imediatos até, de Sua Excelência o Sr. Secretário de Segurança Pública.

Mas, inexplicavelmente, a Secretaria tem adotado uma atitude realmente indevida.

É por essa razão que apelamos aos Srs. Deputados para que dêem guarida a esse pedido de informações que hoje propomos e que tem o seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, consubstanciado no PEDIDO DE INFORMAÇÃO, seguinte:

Quais as razões que impedem a Secretaria de Segurança Pública em DEFERIR o requerimento proposto pelo Senhor MARCÍLIO ANTÔNIO DA SILVA, assinado em 08 de abril de 1975, dirigido ao Secretário GEN. ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, protocolado na mesma data sob o n.º 5.097, e que requer de Sua Excelência a determinação de SILÊNCIO PERPÉTUO quanto a anotações existentes contra o signatário, na Delegacia da Ordem

Política e Social.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Os documentos anexos demonstram claramente que não há impedimento legal para que a Secretaria de Segurança Pública procedesse o deferimento solicitado no protocolo n.º 5.097, de 08 de abril de 1975. Entretanto, mais de três anos se passaram e o Senhor Secretário Alcindo Pereira Gonçalves, nem mesmo, indeferiu o petitório. Por que? ... — Ora!, o Sr. Marcílio Antônio da Silva atendeu a todas as exigências, até algumas que não são obrigatórias em Lei, para obter o provisionamento que a Legislação lhe garante, como farmacêutico. Inexplicavelmente, a Secretaria de Segurança Pública adota uma atitude indevida. Um requerimento que deveria receber despacho imediato, está "engavetado" há mais de trinta e oito meses. Os prejuízos financeiros, creditícios e morais que essa atitude tem provocado para o Sr. Marcílio Antônio da Silva, é de gravíssimas consequências.

É de se supor que está havendo por parte da Pasta da Segurança, sórdida perseguição contra um cidadão. Por outro lado, caracteriza-se também em crime de omissão ou exorbitância de autoridade."

Isto é até uma irracionalidade, uma insensibilidade, mais de três anos uma solicitação que, pela documentação formalizada, de acordo com os preceitos legais, poderia merecer até um julgamento elementar, um despacho pleno, imediato de Sua Excelência o Sr. Secretário.

De outra feita, Srs. Deputados, se não houver, e nós supomos até que não haja, razões outras que impeçam a Secretaria de Segurança Pública de atender o solicitado, nós teremos forçosamente de supor que está havendo, por parte da Pasta da Segurança, uma sórdida perseguição contra o cidadão.

E, por outro lado também, está a caracterizar-se um crime de omissão, ou até uma exorbitância de autoridade condenável, por parte do Sr. Secretário de Segurança Pública.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o espaço reservado à bancada.

O SR. EZÉQUIAS LOSSO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, devidamente apoiado.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Sulvírio, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda à Constituição Estadual, de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. Recebida a emenda. Publique-se no Diário da Assembléia em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que auto-

do imóvel que especifica. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

O SR. MUGGIATI FILHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A matéria foi amplamente debatida nas Comissões pelas quais passou. Na realidade, segundo a apreciação dessas Comissões, deveria ter sido recusada já em 1.^a DISCUSSÃO, ou seja, em 1.^a Votação.

Entendeu, a Comissão de Constituição e Justiça, quanto à sua finalidade, para que a mesma se efetive, não encontra, no seu aspecto legal e constitucional, a doação em si, nada que a reprove; no entanto, na realidade trata-se de uma delegação que é vedada pelo artigo 4.^o da Constituição Estadual.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós consultarmos a Constituição do Estado verificaremos que o artigo 4.^o da mesma diz:

“Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado, a qualquer dos Poderes, delegar atribuições; quem fôr investido na função de um deles, não poderá exercer a de outro”.

Logicamente, e, como bem acentuou o Relator do projeto, se é verdade que o Poder Judiciário tem poderes para construir foruns, não os tem, entretanto, para edificar casas para Juízes de Direito. Tanto isto é verdade, que o Tribunal de Contas tem, reiteradamente, negado através de Pareceres normativos, a aprovação de prestação de contas de Prefeituras, referentes até mesmo ao pagamento de alugueres destinados a residências de Juízes de Direito.

Em verdade, Sr. Presidente, nada mais justo quer nos parecer, do que dar ao Juiz de Direito as condições necessárias a que o mesmo não sofra as conseqüências que muitas vezes ocorrem em determinadas comarcas, pelo desabrigo em que ele possa ficar, ele e sua família; mas, entre uma coisa e outra, esta Casa estaria conduzindo uma solução que por si só já se antecipa como contrária não só aos órgãos fiscalizadores que têm recusado reiteradamente despesas desta natureza, como também estaria infringindo o artigo 4.^o da Carta Estadual.

Por isto entendemos de reiterar o nosso voto, que foi de aprovação ao Parecer exarado na Comissão de Constituição e Justiça, e, deixar registrado ser o mesmo, contrário ao projeto de lei, pelos motivos expostos.

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em votação o Projeto de Lei n.^o 169/77.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra a o Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, realmente, temos assistido às dificuldades com que os Juízes de Direito ao chegarem nas comarcas, se encontram para conseguir uma casa adequada a sua moradia e da sua família. Nós temos acompanhado esse drama e temos nos sensibilizado e verificado até que isso tem vindo em prejuízo da própria Justiça, porque muitas vezes os Juízes de Direito têm que ficar fora da sede da comarca por alguns tempos, até que possam conseguir uma casa para morar.

Já quando eu era vereador à Câmara Municipal de Palmeira, apresentei uma proposição no sentido de que através da Prefeitura, se construísse uma casa que possibilitasse o pronto acolhimento do Juiz de Direito da Comarca e também do promotor público para que eles não se vissem, nessas oca-

siões de chegar à comarca em volta com o problema de moradia.

Entretanto, apesar de aprovado, aquele nosso projeto não foi executado. O projeto que se discute, nós, em primeira mão, aprovamos, porque quisemos verificá-lo na sua profundidade.

Mas, Senhor Presidente, eu não entraria no aspecto constitucional da matéria. Eu entraria noutro aspecto. Nós temos uma Lei de Posturas Municipais, que exatamente na rua em que se pretende construir ou situar o imóvel para construção da casa para residência do Juiz, não permite, pela lei, construções com menos de dois pavimentos e uma casa de residência evidentemente não seria construída em condições exigidas por essa lei municipal. É o primeiro ponto.

No segundo ponto nós teríamos a doação de um terreno para construção de uma casa de residência ao lado do Forum que não se presta para isso, devido a exigüidade do terreno. Rua principal da cidade. Aqueles que chegam para tratar dos seus assuntos junto à Justiça, em frente ao Forum, terão que deixar os seus carros ali estacionados principalmente em dias de grande movimentação, ou mesmo em dias que ocorrem juris na comarca, congestionando o trânsito, enquanto que o local se presta para estacionamento dos veículos daqueles que vão ao Forum tratar dos interesses da Justiça, dos interesses da comunidade.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, lamentavelmente, eu tenho que dizer que sou contra o projeto também por esse aspecto.

Primeiro: porque ele contraria a Lei de Posturas Municipais, que não permite a construção de prédio naquele local com menos de dois pavimentos.

Segundo: porque o local onde se pretende construir a casa do Juiz é inadequado. É para outra serventia. Talvez amanhã ou depois, com o aumento da população e necessidade de ampliação do Forum, aquele local terá que ser utilizado para esse fim, então estaria prejudicado o interesse da própria Justiça.

E assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é da minha cidade que eu conheço perfeitamente os seus problemas.

Nós deveremos encontrar outra solução, para atender a essa necessidade, mas não esta. Esta não é a solução.

Portanto, o meu voto é contrário à proposição.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Continua em votação o Projeto de Lei n.^o 169/77.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente. O projeto está em votação ou em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Ele se acha em votação.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a retirada por 10 (dez) dias do Projeto de Lei n.^o 169/77.— Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, respeito os conceitos que se emitiram a cerca da proposição de minha autoria, pelo eminente Deputado Waldenício Barbalho, na sessão de ontem e, Srs. Deputados Muggiati Filho e Lineu Turra, embora não aceite válida a tese de que o artigo 4.^o da Constituição Estadual estaria sendo ferido pela pretensão abrigada pelo Projeto de Lei n.^o 169/77, porque ninguém está delegando iniciativa privativa de um Poder a outro; todavia, não quero discutir mérito, Sr. Pre-

sidente.

Todavia, o que me preocupa é o fato de que continua, a Comarca da Palmeira, sem oferecer condições de fixação ao titular ou ao Sr. Juiz Diretor do Forum, a exemplo do que a grande, esmagadora maioria das comarcas oferecem, hoje, não só para os Srs. Juizes de Direito, mas, aos Srs. Promotores de Justiça.

Todavia, Sr. Presidente, para que se possa expungir da iniciativa, qualquer inconstitucionalidade, permito-me, já que este douto Plenário tem acolhido projetos de iniciativa dos Srs. Deputados, doando imóveis pertencentes ao Estado às Prefeituras Municipais, que Vossa Excelência aceite, Sr. Presidente, um requerimento de minha autoria, através do qual, se pretende o adiamento de votação do Projeto de Lei n.º 169/77, por dez dias, oportunidade em que pretendo, no turno de 3.ª discussão e votação, apresentar emenda substitutiva, doando ao Município da Palmeira, o referido imóvel, Sr. Presidente, sem constar cláusula de inalienabilidade ou qualquer outra restrição ao uso do mesmo e para que, no futuro, se desejar, a Prefeitura Municipal, de posse e dona do referido imóvel, possa, se pretender, permutá-lo por imóvel já construído; e dar, com autorização legislativa municipal, a destinação que bem entender ao imóvel, desde que, qualquer lei municipal o autorize a fazê-lo.

Por esta razão, Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa, requerimento, requerendo adiamento de votação desta matéria por dez dias, tempo em que terei de apresentar, no turno de 3.ª discussão, decorrido o prazo e reincluído o projeto na Ordem do Dia, emenda substitutiva expungindo, toda e qualquer vinculação do imóvel ou à destinação específica que se pretendeu dar através deste projeto de lei.

Quero acreditar que esta doação preconizada na forma da emenda substitutiva que apresentar, não merecerá objeção do Plenário, porquanto votação de matéria similares têm sido constantes, nesta Casa, visando doar aos municípios e, na maioria dos casos, terrenos não ocupados, ociosos e que poderão ter destinação que possa, no futuro, melhor atender os interesses das municipalidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Continua em votação o projeto de Lei n.º 169/77.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, no seguinte teor: (Lê)
"Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, solicita a Vossa Excelência seja dada preferência à votação do Projeto de Lei n.º 25/78, que trata da reestruturação do Quadro de Pessoal da Assembléia.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978."

Em votação: requerimento.— **Aprovado.**

De acordo com o requerimento acima aprovado:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.H., por unanimidade.— **COM SUBSTITUTIVO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo, por maioria.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/77, de autoria dos Deputados FIDELCINO TOLENTINO e LINEUTURRA, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, o acesso ligando o Distrito de Cafelândia d'Oeste à Br.36.ª. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEIS da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que denomina "ESCOLA DOUTOR LAURO MULLER SOARES", a Unidade de Polo de União da Vitória — Ensino de 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171/77, de autoria do Deputado DEL CIEL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMBÉ", com sede e foro na cidade de Cambé. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27/78, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBIPORÃ, com sede e foro na cidade de Ibiporã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que outorga título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICINTE E HOSPIITALAR DE CONTENDA — A.B.H.C.", com sede e foro na cidade de Contenda. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola 1.º e 2.º ciclos para funcionar a partir do ano letivo de 1978. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI N.º 72/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos para funcionar a partir do ano letivo de 1978.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento da escola criada por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) Wilson Fortes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 72/77

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a criar, na sede do referido Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos para funcionar a partir do ano letivo de 1978.

Sem dúvida, a medida aqui pleiteada nos parece de todo conveniente, justa e oportuna, pois, se concretizada, iria beneficiar uma importante região do Paraná e ninguém põe em dúvida a necessidade de formação de técnicos para prestação

de uma assistência mais eficiente ao homem do campo no setor agropecuário.

Entretanto, os artigos 25 e 35 da Constituição Estadual, estabelecem que é da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que **aumentam a despesa pública**, e é exatamente o que se configura no caso em exame.

Sendo assim, este plano de lei é flagrantemente inconstitucional, não podendo merecer a acolhida desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 72/77

1. — O nobre Deputado Wilson Fortes, com o presente projeto de lei, pretende seja concedida autorização ao Poder Executivo para criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos para funcionar a partir do ano letivo de 1978.

2. — A douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando a matéria se pronunciou pela sua rejeição, uma vez que o projeto contraria o disposto nos artigos 25 e 35 da Constituição Estadual, os quais dispõem sobre a competência **exclusiva** do Governador do Estado para a iniciativa de leis do estilo do contido no plano de lei em exame.

3. — Sendo a inconstitucionalidade do projeto, como foi dito pela douta Comissão de Constituição e Justiça, um obstáculo intransponível à sua aprovação, e a esta Comissão de Finanças, não compete analisar o seu mérito, pois o projeto está fulminado na sua iniciativa.

Pela rejeição do projeto é o nosso parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1977.

(aa) Erondy Silvério — Presidente

Edilson Alencar — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 72/77

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, o presente Projeto de Lei n.º 72/77, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola.

Sobre a matéria houve o pronunciamento das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, expressando pareceres contrários, argumentando a sua inconstitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, queremos manifestar a nossa opinião, no sentido de enaltecer a iniciativa do autor do projeto, querendo dotar o Município de Jacarezinho, com uma Escola Técnica Agrícola.

É de fato uma notória preocupação do legislador que sente, através do contacto direto que mantém com a população, as suas justas reivindicações, sempre voltadas aos mais altos interesses da coletividade.

Porém, face ao impedimento constitucional, alegado pelas Comissões Técnicas anteriormente citadas, somos obrigados a nos manifestar contrariamente à matéria, nos reservando, caso o seu autor queira transformá-la em sugestão, a votar favoravelmente.

Nestas condições, o nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua **REJEIÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Werner Wanderer — Presidente

Gabriel Sampaio — Relator

— Rejeitado o projeto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente. Requeiro a V. Ex.ª a verificação de votação, porquanto, me parece que os eminentes Srs. Deputados não se aperceberam que está em regime de votação contrária.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. (Faz soar os tímpanos) — (É feita a verificação)

14 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam. 4 Srs. Deputados, não participaram do processo de votação.

O SR. LÚCIO MACHADO (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam à chamada nominal, 34 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Em votação o Projeto de Lei n.º 72/77. — **Aprovado**.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/77, de autoria do Deputado Enéas Faria, que cria o Museu de História do Paraná, com sede em Curitiba, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e dá outras providências. Pareceres contrários da C.C.J. por maioria, da C.F., por unanimidade, e favorável da C.I.C., por unanimidade. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N.º 86/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica criado o Museu de História Natural do Paraná, com sede em Curitiba, e o Poder Executivo autorizado a proceder sua instalação.

Parágrafo único — O Museu de que trata esta Lei objetivará, fundamentalmente, o levantamento, a conquista e a preservação do acervo para exposição ao público, e, atividades de pesquisas, compatíveis com suas finalidades.

Art. 2.º — O Poder Executivo, até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, expedirá regulamentação definindo sua estrutura e funcionamento, provando-lhe as demais necessidades, e estabelecendo sua vinculação a setor público competente ou dando-lhe caráter autônomo, considerando-se o interesse do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977.

(a) Enéas Faria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 86/77

De autoria do nobre Deputado Enéas Faria, tem por objetivo o presente projeto de lei criar o Museu de História Natural do Paraná, com sede em Curitiba, e autoriza o Poder Executivo a proceder a sua instalação.

Concordamos em que o Paraná ressenete-se de um Museu de História Natural e a sua criação é uma iniciativa das mais louváveis, justas e oportunas, que merece o apoio dos estudiosos da matéria e de todos, pela importância e envergadura de tal obra.

Entretanto, este plano fere a Constituição Estadual, nos seus artigos 25 e 35, os quais estabelecem que é da competência exclusiva do Governador a iniciativa de qualquer lei que **aumente a despesa pública**. Como, no presente caso, trata-se exatamente de aumento da despesa pública com a criação e instalação do Museu de História Natural, não pode esta proposição merecer o acolhimento desta Casa, por ser a mesma inconstitucional.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em

(aa) Paulo Camargo — Presidente

Ezequias Losso — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 86/77

De autoria do nobre Deputado Enéas Faria, tem por objetivo o presente projeto de lei criar o Museu de História do Paraná, com sede em Curitiba, e o Poder Executivo autorizado a proceder a sua instalação.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer contrário, argüindo a sua inconstitucionalidade.

Muito embora achemos que a medida é oportuna, justa e conveniente, esposamos a tese daquela douta Comissão, pois trata-se aqui de aumento de despesa pública, o que, segundo a Constituição Estadual, é competência exclusiva do Governador.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1977.

(aa) Erondy Silvério — Presidente

Edilson Alencar — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 86/77

O nobre Deputado Enéas Faria teve um objetivo altamente louvável, ao propor à consideração desta Casa a criação do Museu de História Natural do Paraná.

Ao fazê-lo, está o eminente parlamentar tentando materializar e concretizar um anseio da Associação de Defesa e Educação Ambiental.

Por razões que especifica, a maioria dos membros da douta Comissão de Constituição e Justiça, assim como a não menos douta Comissão de Finanças, tem um parecer contrário à aprovação.

A Comissão de Instrução Pública, chamada a se manifestar, respeita os pareceres das Comissões anteriores, e não entra na apreciação do arrazoado fundamentador dos pareceres já elaborados, competência esta do Plenário que o fará no momento oportuno.

A Comissão de Instrução Pública entende que a não existência de um Museu de História Natural do Paraná é uma lacuna que deve ser preenchida e, urgentemente. Eis que nosso Estado apresenta um corte geológico definido, um quadro pedológico variado, além de ter possuído, ainda em passado recente, uma floresta tropical considerável, hoje totalmente devastada. Evidencia-se, pois, que com a existência de tais molduras, a vida tanto vegetal como animal, deve ser considerada em sua riqueza e sua exuberância. A memória nacional tem que ser respeitada e conservada e não é feita apenas de eventos comemorativos de efemérides onde os valores nacionais são evidenciados. Faz-se também pela conservação daquilo que constitui e constituiu a base física, natural e viva do espaço geográfico e geométrico, condição fundamental do relacionamento do Homem com o mundo natural.

Voto, pois, por sua aprovação, tanto em forma de projeto como em forma de indicação. Quando, para mais não for, ao menos, para indicar uma posição ideológica desta Comissão.

É o parecer favorável que emito.

Sala das Comissões, em 8 de novembro de 1977.

(aa) Werner Wanderer — Presidente

Renato Bernardi — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/77, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que proíbe a publicidade do uso de cigarros e bebidas alcoólicas nas Rodovias Estaduais e no interior de veículos de transportes coletivos no Estado do

Paraná. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 162/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — É proibida a publicidade que estimule o consumo de bebidas alcoólicas e fumo, nas margens das rodovias estaduais, bem como no interior dos veículos concessionários de transporte coletivo que trafeguem pelo Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

JUSTIFICATIVA:

Totalmente desnecessário enumerar as condições nocivas à saúde humana e moral social a que conduzem o estímulo indiscriminado que se faz do fumo e das bebidas alcoólicas. Para isso, muito tem contribuído a intensiva e ostensiva publicidade que se faz destes dois inimigos da saúde humana. A verdade é que revelações científicas, atestam não só uma série de doenças oriundas da ingestão de bebidas alcoólicas e do consumo de cigarros bem como a redução da própria vida, das pessoas vítimas destes vícios. Nos países mais civilizados é comum, na própria carteira de cigarro, ou garrafa de bebida, constar o aviso de que o fumo ou álcool são prejudiciais à saúde.

Sem dúvida, tal medida é justificada pela permanente presença do Estado como agente disciplinador da conduta humana e das condições de saúde da população, que como bem público indisponível, cabe ao Estado o legítimo interesse de guardar e até a obrigação de proteger. Objetiva pois a lei, dentro da esfera de possibilidade que tem o Estado do Paraná e de sua competência, em síntese, proteger a saúde pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 162/77.

De autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, o presente Projeto de Lei n.º 162/77, tem por finalidade proibir o uso de publicidade que estimule o consumo de bebidas alcoólicas e fumo, nas margens de rodovias estaduais, bem como em interior de veículos concessionários de transporte coletivo que trafegam pelo Estado do Paraná.

O mérito da matéria está especificamente detalhado na justificativa que apresenta o autor, com a qual estamos de pleno acordo.

Quanto ao aspecto legal e constitucional do projeto, objeto de análise por esta Comissão, temos que nada existe que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo — Presidente

Ezequias Losso — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Belarmino Ribeiro, ocorrido em Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 209.º aniversário de emancipação política do Município da Lapa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 17.º aniversário de criação do Município de Quitandinha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrân-

gelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações sobre quais as razões que impedem a referida Secretaria em deferir requerimento proposto pelo Sr. Marcílio Antônio da Silva, que solicita de Sua Excelência a determinação de silêncio perpétuo quanto às anotações existentes contra o signatário, na DOPS. — Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que gestione com a finalidade de que sejam implantados na cidade de Maringá, os seguintes órgãos: Centro Nacional de Pesquisas Avícolas, Centro Nacional de Pesquisas do Milho e Centro Nacional de Pesquisas da Suinocultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, encarecendo providências e medidas, para o pagamento e liberação dos recursos oriundos do Fundo Rodoviário aos Municípios do Paraná, referente ao quatro trimestre de 1977. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, sobre se já determinou à Pasta competente, estudos visando a redação de projeto de lei estabelecendo a contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967. — **Aprovado.**

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e chama a atenção dos Srs. Deputados para verificação de votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — (Pausa).

18 Srs. Deputados aprovam; 8 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.